

Perda de tempo

PREOCUPOU-SE o Senador Marco Maciel em apresentar emenda explicando que a Brasília Capital da República é a mesma que serve de sede ao Distrito Federal.

ESSA providência salvadora impedirá que um município mineiro e um distrito do Pará — ambos também batizados de Brasília — usem a nova Constituição para tentar abiscoitar o orçamento destinado à Capital do País.

É DIFÍCIL imaginar hipótese mais remota. E difícil entender a razão de se perder tempo com isso — como se mais não faltasse para aperfeiçoar o projeto.

Cinco pontos permitem acordo no turno final

BRASÍLIA — A partir de uma análise das propostas e da estratégia de cada partido na Constituinte, já é possível identificar cinco pontos de entendimento. Destacam-se o teto de 12 por cento ao ano para os juros bancários, a licença-paternidade, o tratamento preferencial às empresas de capital nacional nos contratos com o Governo, a anistia da correção monetária das dívidas dos microempresários e pequenos agricultores e a anistia fiscal. Estes temas — que já eram combatidos pelo Centrão, pela Liderança do Governo e pela Liderança do PFL — serão reavaliados agora pelo Líder do PMDB, Deputado Nelson Jobim (RS).

■ **Anistia da correção monetária** — Envolvendo recursos da ordem de CZ\$ 377 bilhões, não será problema para a Liderança do PMDB. Jobim, que deixara a questão em aberto no primeiro turno, votou contra esta medida. Após consultar as bases, chega ao segundo turno disposto a derrubá-la.

■ **Anistia fiscal** — Jobim já adiantou ao autor da emenda supressiva, Deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE), que vai apoiá-lo.

Nestes pontos, a Liderança do PMDB deverá caminhar ombro-a-ombro com a Liderança do Governo. O acordo, porém, não será conseguido facilmente em outros pontos:

■ **Tabelamento dos juros** — O Centrão e a Liderança do PFL defendem a supressão do limite de 12 por cento ao ano. Jobim defende o desmembramento do artigo, com a remessa do limite para as Disposições Transitórias.

■ **Empresas brasileiras de capital nacional** — O tratamento especial que o Projeto de Constituição lhes reserva na aquisição de bens e serviços pelo Estado é um dos pontos mais visados pelo Centrão e pela Liderança do PFL. O Deputado José Lins (PFL-CE) defende a supressão da expressão "capital nacional". O Líder do PMDB considera justo o es-

tímulo à empresa de capital nacional, mas propõe incluir a expressão "na forma da lei" no parágrafo segundo do artigo 177, para evitar distorções no fornecimento de bens e serviços ao Estado. Argumenta que a supressão das palavras "capital nacional" descaracterizaria completamente o dispositivo.

■ **Licença-paternidade** — José Lins também tem esperanças de modificar este dispositivo, eliminando o prazo de oito dias. Jobim admite a negociação, condicionando-a, porém, a concessões do Centrão e do PFL em outros itens:

— Sobre exploração do subsolo nós não aceitamos conversar, mas neste tema é possível um entendimento — acrescenta o Líder do PMDB, lembrando que o partido tampouco concebe rever os pontos que foram fruto de acordo na fase anterior, como a jornada de seis horas para o trabalho em turnos ininterruptos, para o qual o Centrão e o Governo ainda buscam um acordo.

Centrão apresenta 80 emendas e deixa de atuar como grupo

BRASÍLIA — O Centrão encaminhou cerca de 80 emendas ao segundo turno da Constituinte e decidiu extinguir definitivamente a participação formal do grupo no processo de elaboração da nova Carta. Todas as propostas que ofereceu ao texto até agora votado coincidem com os pontos que o Governo deseja alterar. Os centristas trabalharão para aprová-las junto a seus respectivos partidos.

A decisão de colocar um fim ao Centrão como um bloco formal atuando na Constituinte foi tomada durante reunião, segunda-feira à noite, dos principais líderes do grupo. Segundo o Deputado José Lins (PFL-CE), o trabalho dentro dos partidos já havia sido adotado pelo grupo, de certa forma, nas últimas votações do primeiro turno. A seu ver, na reunião de segunda-feira o núcleo do Centrão apenas ratificou uma situação que já vinha se firmando com as numerosas defecções que o grupo vi-

nha sofrendo.

— O Centrão cumpriu com o seu objetivo, que era o de transformar o monólogo das esquerdas em um diálogo entre todas as correntes da Constituinte. Com isso prestou um relevante serviço à Nação, contribuindo para a elaboração de um texto constitucional que representa a média do pensamento da sociedade brasileira — disse o Deputado.

Entre os pontos que o Centrão quer retirar do texto constitucional, José Lins destacou a jornada de seis horas para turnos ininterruptos de trabalho, o dispositivo sobre greve, o tabelamento das taxas de juros, a moção de censura a Ministros de Estado, a anistia aos débitos do Plano Cruzado, o adicional de 5 por cento que os Estados poderão cobrar a título de Imposto de Renda, a estabilidade para funcionários públicos e o voto facultativo entre os 16 e os 18 anos.